



ESTADO DO TOCANTINS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO

PROJETO DE LEI Nº 001 / 2025, DE 03 DE OUTUBRO DE 2025

Câmara Municipal de  
Monte do Carmo - TO  
Aprovado em 30/10/25  
\_\_\_\_\_  
Presidente

**DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO TRIBUTÁRIA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) EM 50% DO VALOR PARA PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS: QUE APRESENTEM DIFICULDADES EM ADENTRAR EM SUAS RESIDÊNCIAS EM RAZÃO DE “BURACOS NAS RUAS”, MAL SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO PELA GESTÃO MUNICIPAL, DIFICULTANDO O ACESSO; LÂMPADAS QUEIMADAS NA PORTA DE SUA RESIDÊNCIA**

**DAVISSON CONCEIÇÃO COSTA**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, previstas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Casa, submete à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica estabelecido a isenção tributária do IPTU em 50% do valor total a todos os moradores que são afetados diariamente com a ausência de serviços e infraestrutura básica na porta de suas residências por falta de prestação de serviços da prefeitura municipal.

**Parágrafo Único:** Os serviços e infraestrutura básica de que tratam o *caput* são:

I - Malha Asfáltica em boas condições de uso. Se configura como malha asfáltica em boa condição de uso, aquela em que não há óbice ao trânsito de veículos e pedestres em relação a ocorrência de buracos e depressões na porta da residência ou no seu quarteirão; causados por desgastes naturais, por obras de escoamento pluviais não finalizadas, por falta de escoamento de águas pluviais, bem como os causados por obras de asfaltamento e/ou revitalização e remapeamento não finalizadas, e até mesmo por obras iniciadas por empresas de distribuição de água e saneamento.

II - Iluminação Pública na porta de sua residência ou em seu quarteirão.

III: Fica concedida a isenção em 50% do IPTU aos proprietários de imóveis residenciais localizados no município de Monte do Carmo que comprovadamente por meio de requerimento possuam buracos, ausência de asfaltamento em suas portas



**ESTADO DO TOCANTINS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO**

residenciais, dificultando o acesso à residência, ou lâmpadas queimadas "sem iluminação noturna".

a) A isenção será aplicada mediante protocolo formalizado junto à Prefeitura Municipal, no qual o beneficiado informará a existência dos buracos na porta de sua residência ou no quarteirão de sua residência e as dificuldades enfrentadas para entrar, ou escuridão por falta de iluminação na porta da sua residência ou quarteirão da sua residência.

b) O beneficiado deverá apresentar o protocolo mencionado no inciso III à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, que verificará a veracidade das informações e concederá a isenção, caso o problema não seja sanado em 45 (quarenta e cinco) dias seguidos da data do protocolo.

c) A isenção será em 50% do valor do IPTU e terá validade no exercício fiscal do ano subsequente.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**DAVISSON CONCEIÇÃO COSTA  
VEREADOR  
MONTE DO CARMO - TO**



**ESTADO DO TOCANTINS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO**

Câmara Municipal de  
Monte do Carmo - TO  
Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem como finalidade resguardar o contribuinte diante da ineficiência do Poder Público na prestação de serviços essenciais, como a manutenção da malha asfáltica e da iluminação pública. Não é razoável que o cidadão, mesmo enfrentando buracos em frente à sua residência ou ausência de iluminação, continue a arcar integralmente com o pagamento do IPTU, sem usufruir das condições mínimas de infraestrutura urbana.

A Constituição Federal, em seu art. 30, V, atribui ao Município a responsabilidade pela prestação dos serviços públicos de interesse local, e, ao mesmo tempo, o art. 145, § 1º, impõe ao sistema tributário a observância da capacidade contributiva e da justiça fiscal. Exigir tributo sem a devida contraprestação compromete a legitimidade da arrecadação, configurando afronta à proporcionalidade e à eficiência administrativa, princípios que regem a Administração Pública (art. 37, caput, CF).

Assim, a medida proposta busca não apenas assegurar justiça tributária, mas também induzir a Administração Municipal a cumprir com maior rigor suas obrigações constitucionais, estimulando a efetiva manutenção dos serviços básicos. Por isso, conclamo os nobres pares a aprovarem a presente proposição, em benefício da cidadania e do interesse coletivo.